

ARQUIVOS E FEMINISMO: O ACERVO DE MARIA LACERDA DE MOURA

ARCHIVES AND FEMINISM: THE COLLECTION OF MARIA LACERDA DE MOURA

Fernanda da Costa Monteiro Araujo*

Bárbara Moreira Silva de Barros**

Resumo: O presente artigo discute a importância dos documentos de arquivo no processo de construção e disputa de memória. Configurando-se como uma ferramenta estratégica, os documentos arquivísticos são fundamentais na dinâmica entre lembrança e esquecimento. Através do acervo de Maria Lacerda de Moura, uma das principais expoentes do movimento feminista no Brasil, o debate acerca da importância dos documentos de arquivo fica latente no que se refere a divulgação e legitimação das reivindicações do movimento. O artigo pretende discutir a relação entre arquivos e memória através dos documentos de Maria Lacerda de Moura.

Palavras-Chave: arquivos, Feminismo, memória.

Abstract: This paper discusses the importance of archival documents in the process of memory construction and dispute. Configuring itself as a strategic tool, the archival documents are fundamental in the dynamics between remembrance and forgetfulness, forming the memorialistic framework about the feminist movement. Through the collection of Maria Lacerda de Moura, one of the main exponents of the feminist movement in Brazil, the debate about the importance of archival documents becomes latent when it comes to the dissemination and legitimization of the movement's claims. The article intends to discuss the relation between archives and memory through Maria Lacerda de Moura's documents.

Keywords: archives, Feminism, memory.

“Diga-me, quem te deu o direito soberano de oprimir o meu sexo?”

A frase supracitada é de Olympe de Gouges¹ guilhotinada no dia 03 de novembro de 1793 na França, acusada de ter se “comportado” como um homem de Estado e ter esquecido das virtudes próprias a seu sexo. Mais de duzentos anos se passaram desde a sua execução e a luta feminista ainda está longe de terminar.

A ideia de aprofundar o estudo sobre o tema se deu a partir de pesquisas teóricas e exploratórias para a dissertação² alinhada à participação ao projeto de pesquisa Acervos de Movimentos Sociais: da produção documental ao acesso³ que teve como ponto de interseção o estudo pautado nos arquivos de pessoas⁴ de mulheres com atuações em prol

*Professora doutora do curso de Arquivologia da Universidade Federal do Estado do Rio Janeiro - UNIRIO

**Mestre em Memória e Acervos pelo Programa de Pós-graduação em Memória e Acervos da Fundação Casa de Rui Barbosa

do direito de igualdade de gêneros no Brasil e de que forma estes acervos estavam organizados e acessíveis para pesquisas.

No decorrer da investigação, houve uma dificuldade na pesquisa em localizar fontes primárias de militantes feministas no estado do Rio de Janeiro⁵, e concluiu-se que nove dos arquivos de pessoas do estado são de mulheres e destas, menos de um por cento são feministas (BARROS, 2018), confirmando a hipótese de que “a historiografia brasileira é rarefeita quando se trata de compreender o papel da mulher na sociedade nacional.” (ALVIM, 1983, p.61) e que os registros são ínfimos comparados com os de homens.

Nesse sentido, o presente artigo focará na análise documental do acervo de Maria Lacerda de Moura, um nome de destaque na trajetória militante por igualdade de gêneros no Brasil, no intuito de discutir sua importante presença no feminismo brasileiro e como a sua luta influenciou nas conquistas adquiridas pelo movimento.

O trabalho apresenta uma discussão teórica relacionando os conceitos de Arquivo e Memória a fim de entender a relação entre os documentos arquivísticos e o processo de construção de memória social sobre o movimento feminista brasileiro, tendo como objeto de análise o acervo documental de Maria Lacerda de Moura. O arquivo adquire um lugar de destaque na medida em que entendemos que os registros arquivísticos são ferramentas fundamentais nas disputas pela memória, configurando-se no processo segundo o qual a memória se torna um valor, uma forma de poder.⁵

O sentido de prova e de verdade segundo o qual o acervo arquivístico é investido, lhe confere uma singularidade. É nessa chave que analisamos a memória do movimento feminista a partir da documentação de uma das suas expoentes, Maria Lacerda de Moura. Por meio de uma metodologia exploratória, apresentaremos aspectos relevantes da sua trajetória histórica, assim como uma análise da documentação que conseguimos recuperar. Desta forma podemos propor uma importante discussão acerca da influência de Maria Lacerda de Moura nas bandeiras e nas reivindicações do movimento feminista brasileiro, e como essas demandas pautaram de forma mais geral os aspectos centrais do movimento.

Como questão principal, trabalhamos com os aspectos da memória que os arquivos conservam. Memória é processo, construção. Como tal é feita por atividades de rememoração do passado segundo elementos do presente que ressignificam noções de tempo e de espaço selecionando o que é “importante” para compor a memória. Esse

processo não é consciente, é uma difícil negociação entre o individual e o social, pela qual identidades são construídas e reconstruídas a fim de formar uma coesão ao grupo.

A importância do arquivo como um “lugar de memória”⁶ ou ainda enquanto um objeto de disputa pela memória precisa ser abordado enquanto um instrumento estratégico na construção da identidade do movimento feminista. Nesse sentido, o arquivo é uma ferramenta singular, do processo de memória e de esquecimento que permeia os movimentos sociais. Cumpre um papel importantíssimo a partir do momento em que se configura em um instrumento para o acesso à informação. Porém, de acordo com Lissovsky⁷, é necessário analisar os acervos arquivísticos como um conjunto anacrônico, ou seja, o autor defende que são vestígios intencionais que carregam uma série de antecipações (não existe intencionalidade desprovida de antecipações) que se combinam de forma instável, são formados por diversas dimensões que juntas lhes dão vários sentidos. No entanto, terá um único sentido dado de acordo com o olhar particular dos pesquisadores e usuários.

As anarcofeministas e a (in) visibilidade de suas ações no cenário brasileiro

Antes de iniciarmos a análise documental do acervo de Maria Lacerda de Moura, precisamos compreender o tempo-espaço em que a militante estava inserida, a fim de entender a importância do movimento anárquico e da própria anarcofeminista.

O movimento político anárquico de indícios de surgimento ainda na Grécia Antiga, Renascença e Revolução Francesa (COSTA, 1985; WOODOCK, 2002), só recebeu essa nomenclatura, com exposição de definição e pensamentos, em 1840, com Pierre Joseph Proudhon com a obra *O que é propriedade?*. Nettlau afirma que anarquia é o “estado de um povo que surge sem autonomia constituída, sem governo” (NETTLAU, 2008). Ou seja, é uma ideologia política que luta pela construção de uma sociedade livre de Estado, instituições, autoridades (incluindo as religiosas) e com a expropriação de bens capitalistas.

O movimento anárquico chegou ao Brasil em meados da segunda metade do século XIX, por meio dos imigrantes europeus que difundiram os seus ideais anarquistas (MENDES, 2018); passando assim a exercerem uma influência expressiva nos movimentos operários principalmente nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, no biênio 1917-1918 (destacando-se a greve de 1917) ao acarretar a eclosão de momentos conflitantes entre as organizações sindicais e os donos de fábricas.

E em meio às classes operárias, destaca-se a significativa presença feminina, pois considerando que “dos 10.204 operários recenseados, em 23 fábricas, 2.648 são do sexo masculino e 6.801 do feminino”, segundo o *Boletim do Departamento estadual do trabalho, 1912, São Paulo* (ALVIM, 1983). Além da luta contra as extensas jornadas de trabalho e locais insalubres, as mulheres ainda tinham que lidar com a ausência de contratos de trabalho, violações sexuais, salários inferiores e desemprego (MENDES, 2018), o que fez com que elas buscassem por uma emancipação feminina que incluísse educação, libertação sexual, o término das relações hierárquicas considerando o sexo e o fim do padrão burguês de feminilidade (RAGO, 1994), e em decorrência de tais reivindicações, surgiram núcleos femininos como, por exemplo, o Centro Feminino de Jovens Idealista, (1920).

Apesar do anarquismo lutar contra a divisão de classes e a opressão de uns sobre os outros, as questões a respeito da emancipação e de igualdade feminina eram deixadas à parte, sem ganhar destaque nas pautas de discussões. Ainda que o movimento fosse contundente em suas críticas às instituições sociais, como a Igreja e a família, e com ataques ao casamento monogâmico indissolúvel, às desigualdades sexuais e à educação coercitiva para as crianças; na prática, a situação das mulheres continuava muito desigual em relação à dos homens e poucas melhoras haviam sido realizadas.

Um exemplo é que, durante a pesquisa exploratória ao analisar as pautas do Congresso Operário Brasileiro - COB realizado, respectivamente, nos anos de 1906, 1913 e 1920, constatou-se que não foram abordados problemas exclusivamente femininos.

À medida que verticalizou-se a pesquisa sobre as anarcofeministas, nomenclatura criada durante a década de 1980, quando ocorreu um significativo crescimento nas pesquisas sobre os movimentos feministas (LEITE, 1997), utilizado para referir-se às mulheres do movimento anarquista, observou-se que as ações dessas mulheres libertárias excederam aos limites das fábricas (BENJAMIN, 1994) e ampliaram-se aos comícios, teatros operários, redações de jornais, salas de alfabetizações e estudos. E se dedicaram com afinco a criar escolas, organizar cursos e palestras, promover atividades culturais, publicações de periódicos, entre outras atividades.

Os anarquistas defendiam que apenas por meio da educação seria possível uma transformação social, construindo uma nova sociedade socialista libertária. Para as mulheres, era a oportunidade de emancipação feminina e uma sociedade igualitária.

Um exemplo são as *Escolas Modernas*, um movimento pedagógico inspirado na filosofia anarquista de ensino do pedagogo Francisco Ferrer y Guardia⁸ (RODRIGUES,

1992) com o objetivo de aplicar um ensino racionalista, distante do Estado, sem ideais religiosos, privilegiando os estudos científicos e articulando aspectos culturais e literários.

Instaladas em bairros operários e próximas às fábricas, com aulas nos turnos da manhã e noite para ambos os sexos, mantinham-se por meio de arrecadações em festas e campanhas de jornais operários feitas pelos próprios trabalhadores, além de ajudas mensais. Os anarquistas construíram locais voltados à educação como bibliotecas, ateneus, centros de cultura e escolas onde desenvolviam projetos educativos, tanto para adultos quanto para crianças.

Em consonância à afirmação de Perrot (1998) que mesmo excluídas das palavras públicas, as mulheres incluíram-se pela escrita, por meio de correspondências, literatura ou imprensa. Anarquistas defendiam, por meio de jornais libertários, o ensino racionalista e a emancipação feminina tais como: *A Terra Livre*, *A plebe*, *O nosso jornal*. Nomes como Angelina Soares, Teresa Maria Carini, Elvira Boni, Matilda Magrassi, Carolina Boni, Isabel Cerruti (Isa Ruti) são alguns que assinam as publicações e que também são encontrados em referências bibliográficas, porém, pouco se sabe de algumas dessas mulheres, de outras nada além dos nomes.

Como muitas mulheres do movimento eram operárias com pouca ou nenhuma educação formal, presumiu-se que transmitiam suas vivências, ações e impressões por meio de relatos orais⁸. O que foi confirmado durante a pesquisa exploratória, uma vez que localizamos os nomes dessas mulheres no Arquivo Público de São Paulo – no fundo *Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo – DEOPS-SP – Fichas*, com registros criminais já que foram alvos de vigilâncias do órgão já extinto. E também na *Biblioteca Nacional – Hemeroteca Digital*, onde conseguimos resgatar alguns desses periódicos.

Dentre as engajadas, os nomes que mais se destacou foi o de Maria Lacerda de Moura, professora, escritora anarcofeminista, organizadora da biblioteca social “A Inovadora”. Também defendia a luta pela igualdade feminina e uma concepção de educação diferente da oficial da época.

Lacerda ia além, almejava criar um curso de “História das mulheres” e fundar universidades com ensino racionalista como podemos observar nesta carta⁹ de Maria a Bertha Lutz:

Apesar de todas as horríveis dificuldades, a fundação de uma escola superior ou melhor uma Universidade com ensino racionalista científico para desenvolvimento das faculdades de raciocínio e julgamento, espírito crítico de mulheres já instruídas. (Carta de

21/10/1920, Fundo Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, Arquivo Nacional).

Mesmo sendo o nome mais propagado entre as anarcofeministas, pesquisadores acreditam que Maria Lacerda de Moura não tem o reconhecimento merecido, vejamos:

Se no Brasil, que teve uma ativista como Maria Lacerda de Moura, a divulgação e o estudo do feminismo anarquista demorou a ser realizado, nos EUA ele goza de ampla repercussão, e Emma Goldman, reputa como a maior radical feminista que passou pelo país. (COELHO, 2007 p.13).

Sua biógrafa, a historiadora e professora Mirian Lifchitz Moreira Leite, autora do livro *Outra face do feminismo: Maria Lacerda de Moura* (1985), relata a sua dificuldade em localizar documentação sobre a anarquista:

Na ocasião em que escrevi a tese de doutorado Caminhos de Maria Lacerda de Moura (Contribuição para o estudo do feminismo no Brasil), tive muita dificuldade para encontrar documentação. (LEITE, 1997, p.238).

E continua:

De 1983 para cá, a situação mudou. Os Estudos sobre a Mulher, de que ela foi pioneira não reconhecida, tiveram um razoável desenvolvimento, em diversos deles as ideias e os livros de Maria Lacerda foram repassados com atenção ou com notas bibliográficas. [...] Apesar disso, em 1987, o centenário de seu nascimento passou em surdina. (LEITE, 1997, p.238-239).

As falas supracitadas e o resultado da pesquisa empírica, que visou buscar documentos produzidos ou recebidos por Maria Lacerda de Moura, de certa forma, não nos surpreenderam. Já era esperado encontrar uma ínfima documentação da mesma, uma vez que tal realidade, que não é exclusiva brasileira, tende a privilegiar os homens tornando as mulheres “sombras” da história. Bem como afirma Schmitt que os registros foram “sistematicamente abafados pelos detentores do poder” (1990, p.284). Por aqui, estudiosas, também já haviam percebido a mesma coisa, como na análise a seguir:

No Brasil, [...], a história da mulher em qualquer ramo de atividade aparece sempre trucada faltam testemunhos, as referências ao trabalho são sempre indiretas e, além de alguns relatos de viajantes, religiosos e raríssimo historiados nada resta a não ser a certeza que sempre será uma história incompleta. (ALVIM, 1983, p. 63).

Ainda sobre a temática, Dias afirma que a “memória social da vida das mulheres vai se perdendo mais por esquecimento ideológico do que por uma real inexistência de

documentos” (1984, p. 7). Sendo assim, a autora sugere que entre essas fontes “ralas e fragmentadas” é preciso reunir o máximo de dados possíveis e montar uma espécie de quebra cabeça e “interpretar o implícito”.

Neste sentido, faz-se necessário, realizar uma pesquisa biográfica para compreender melhor quem foi Maria Lacerda de Moura, sua atuação e quais as relações que manteve ao longo de sua luta ideológica.

Mas quem foi Maria Lacerda de Moura?

Nascida em Manhuaçu (Minas Gerais), em 16 de maio de 1887, desde muito cedo participou de campanhas relacionadas a questões sociais. Após formar-se professora pela Escola Normal Municipal de Barbacena (para quem doou no ano de 1931, setenta livros do seu acervo pessoal), passou a alfabetizar e a se dedicar a luta de reformas educacionais.

Ainda adolescente, começou escrever para jornais e aos trinta e um anos publicou seu primeiro livro *Em torno da educação*. Casou-se com Carlos Ferreira de Moura no ano de 1905, com quem se manteve casada até 1925.

Ampliando seus contatos para Belo Horizonte, São Paulo, Santos e Rio de Janeiro, aos trinta e quatro anos mudou-se para São Paulo. Já associada à luta anarquista e feminista, funda com Bertha Lutz a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher (precursora da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino¹⁰), entretanto, em 1922 rompe com a organização por questões ideológicas, pois acreditava que o voto era uma parcela limitada das necessidades femininas.

Em 1923, lança a revista mensal *Renascença* e, entre os anos de 1928 a 1937, mora na comunidade anarquista de Guararema (São Paulo) com o seu segundo companheiro André Neblind, onde Maria se dedicava às aulas de história e poema. Contribuindo com publicações para o periódico O Combate (SP) e realizando conferências no Uruguai e na Argentina, a anarcofeminista estreitou relações com personalidades como Luís Carlos Preste e Anna de Castro Osório¹¹.

No ano de 1938, após a deportação de André, passou a residir no Rio de Janeiro e trabalhar na Rádio Mayrink Veiga divulgando seu trabalho como astróloga e lendo horóscopo. Maria Lacerda de Moura adotou dois filhos ao longo de sua vida: Jair de Moura (um sobrinho) e Carminha de Moura (órfã carente), entretanto o ingresso de Jair na Ação Integralista Brasileira (AIB), causou-lhe um grande desgosto, demonstrando publicamente com uma carta aberta ao periódico A Lanterna (SP). Maria Lacerda morreu

em 20/03/1945, sendo enterrada sob a sepultura 16.167 do Cemitério São João Batista (Rio de Janeiro).

Documentação Maria Lacerda de Moura: uma busca pouco frutífera

Nesta parte da pesquisa, apresentamos o mapeamento da documentação produzida, recebida ou referente ao nosso objeto de pesquisa. E como a feminista morou e atuou principalmente nos estados de Minas Gerais, de São Paulo e do Rio de Janeiro, buscaram-se documentos por meio de instrumentos de pesquisas disponíveis nas páginas eletrônicas das instituições. E alinhado a isto, pesquisou-se em referências bibliográficas e artigos científicos sobre a temática. Chegando assim, a alguns arquivos, às bibliotecas e centro de documentação.

Por meio da biografia, procuramos em instituições que detinham arquivos sobre organizações de que Maria Lacerda participou como, por exemplo a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, um dos fundos arquivísticos do Arquivo Nacional - AN, que está entre um dos mais pesquisados segundo informações do próprio órgão. Nele obtivemos sucesso, encontrando cartas, recortes de jornais e uma fotografia. Encontramos também no AN, no *fundo Fábio Luz*, cartas que Maria enviou ao amigo anarquista Fábio Lopes dos Santos Luz em manifestação de solidariedade enquanto o mesmo esteve preso. Procuramos, porém sem sucesso, no *fundo Rádio Mayrink Veiga*.

Partimos então para arquivos de titulares engajados no movimento anarquista, chegando ao Arquivo Edgard Leuenroth da Universidade de Campinas (UNICAMP), que possui periódicos e cartazes da autoria da militante. E em seu acervo bibliográfico, há as duas principais obras da escritora, ambos os exemplares são do ano de 1932.

Como militante anarquista, e tendo sido presa em alguns momentos de sua vida, conferimos em arquivos da polícia política atuante na época. E encontramos no Arquivo Público Mineiro, no fundo *Polícia Política*, registros criminais pelo crime “comunismo”.

Em janeiro de 2004, a professora Mirian Moreira doou ao Centro de Documentação e Memória – CEDEM da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, o total de onze caixas arquivos com a documentação levantada durante a pesquisa acadêmica relacionada à produção da tese e também que resultou na biografia de Lacerda de Moura.

Como Maria manteve uma amizade com Ana de Castro Osório, identificaram-se na Biblioteca Nacional de Portugal, cartas enviadas por Maria à feminista lusitana. Vejamos de forma sistematizada a documentação localizada:

INSTITUIÇÃO	FUNDO	DOCUMENTOS	DATA-LIMITE
ARQUIVO NACIONAL	Acervos Privados - Federação Brasileira pelo Progresso Feminino	- 01 fotografia - 07 cartas enviadas e recebidas	1920 - 1922
ARQUIVO NACIONAL	Acervos Privados - Fábio Luz	- 15 cartas	1920-1923
ARQUIVO EDGAR LEUENROTH	Edgard Leuenroth	- Folheto <i>Clero e estado</i> (gênero textual)	1931
ARQUIVO EDGAR LEUENROTH	Edgard Leuenroth	- Periódico <i>Renascença</i> (gênero textual)	1923
ARQUIVO EDGAR LEUENROTH	Edgard Leuenroth	- Periódico <i>A mulher e a maçonaria</i> (gênero textual)	1922
ARQUIVO EDGAR LEUENROTH	Biblioteca Edgard Leuenroth	Amai e...não vos multipliqueis.	Edição 1932
ARQUIVO EDGAR LEUENROTH	Biblioteca Edgard Leuenroth	A mulher e uma degenerada.	Edição 1932
ARQUIVO EDGAR LEUENROTH	Biblioteca Edgard Leuenroth	A mulher e uma degenerada.	Edição 2018
ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO	Polícia Política	-Prontuários criminais (Pasta 1.294, o nome de Maria Lacerda é citado nos documentos de números 31, 33 e 40).	-
ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO	Secretaria do Interior	- 01 requerimento (enviado); - 05 pareceres (recebidos).	1919-1920
BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL	Espólio Família Castro Osório	-	1878- 1946
ARQUIVO DA ESCOLA NORMAL MUNICIPAL DE BARBACENA	-	-02 registros de diplomas; -01 ata de admissão na escola -03 atas de exames; - 01 registro de visitas de fiscalização.	1893-1921
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA – (UNESP)	Coleção Miriam Moreira Leite	- 20 Fotografias (ampliações); - 12 periódicos; - 16 livros - 11 caixas arquivos com documentos textuais.	1915 - ?

Fonte: As autoras (2019).

Acreditamos ser importante pontuar que no decorrer da pesquisa empírica localizaram-se mais de mil itens documentais da escritora feminista em uma loja virtual de leilões. Na página da *Harpya – Colecionáveis & Antiguidades*, há a informação de que houve no ano de 2014, no bairro de Vila Isabel (RJ), com lance inicial de vinte mil reais, o leilão da documentação pessoal de Maria Lacerda, composto de centenas de manuscritos e documentos de sua vida “pessoal, docente, política e ideológica, no feminismo, na anarquia e na esquerda”, além de “cartazes, revistas, livros autografados pela própria e fotografias”. Além disso havia no arquivo cartas de Olavo Bilac, Érico Veríssimo e Humberto de Campos. No *site*, também encontramos acervos de outros escritores com correspondências enviadas por Lacerda de Moura ainda disponíveis para lances.

Um ponto que consideramos ser destaque é que juridicamente no Brasil não é ilegal vender documentos pessoais, entretanto, o fato de um colecionador (a) particular ter em sua posse um acervo tão rico e não disponibilizá-lo é uma perda para a pesquisa científica brasileira que já é carente de fontes documentais de mulheres.

Entramos em contato com a Harpya com o intuito de buscar informações sobre o doador e o comprador, mas por questões de privacidade não obtivemos sucesso. Então perguntas ficam em nossas mentes sem respostas, como por exemplo: Quem doou essa documentação? Quem poderia ter comprado um acervo tão extenso? Será que existem mais documentos “perdidos”?

Maria foi uma mulher letrada e que muito produziu, ao contrário de muitas anarquistas feministas que eram trabalhadoras de baixa renda, com pouco ou nulo acesso à educação básica e sem privilégios sociais. Logo, acredita-se que ela produziu muito mais do que há disponível hoje.

Arquivo e Memória: uma relação intrínseca

*A memória é sempre transitória, notoriamente não confiável e passível de esquecimento; em suma, ela é humana e social.*¹²

“Um dos fenômenos culturais e políticos mais surpreendentes dos anos recentes é a emergência da memória como uma das preocupações culturais e políticas centrais das sociedades ocidentais”¹³, é assim que Andreas Huyssen inicia sua análise sobre a importância da memória na contemporaneidade. Segundo o autor, a partir da década de 80, a memória passa a ser uma questão e uma preocupação central das sociedades contemporâneas. Há uma busca política e cultural pela volta ao passado no sentido de

tentar preservar e guardar todos os elementos que possam de alguma forma influenciar no presente e no futuro, configurando-se o que o próprio autor identificou, fazendo uma alusão a Koselleck¹⁴, como sendo o deslocamento dos chamados “futuros presentes”, que marcaram as primeiras décadas da modernidade do século XX para os “passados presentes”, no qual o passado passou a ser muito mais valorizado.

A partir da concepção de memória, enquanto um processo, algo que é construído e influenciado por diversas vertentes e experiências, podemos entender que Huysen destaca que o processo de construção de memória nas sociedades contemporâneas adquire um perfil nostálgico, no sentido de se reportar para um passado valoroso e ideal e que por isso precisa ser preservado e divulgado como forma de tentar sempre reviver uma determinada época. Nesse sentido, o discurso de “passados presentes” é cada vez mais forte no sentido de influenciar o futuro. A ideia é que partindo de um passado grandioso como base, o futuro está garantido.

Outra perspectiva de análise fundamental nesse debate é a linha que pensa a memória baseada na ideia de reparação em experiências traumáticas, como as ditaduras e o holocausto. Segundo essa linha de raciocínio o passado não é nostálgico e, muito menos, valoroso, o objetivo é rememorar-lo para evitar o esquecimento de épocas tão desumanas, para que não se repitam. É necessário que estratégias de rememoração estejam sempre presentes, adquirindo proporções monumentais em vários pontos do planeta. Face a esse panorama, lembrar aspectos de um passado ruim é necessário para que não aconteça novamente, moldando as expectativas de futuro. Podemos destacar a autora Beatriz Sarlo¹⁵ como uma das expoentes dessa linha de análise.

Independentemente do viés analítico, esse é o momento em que o mundo está sendo arquivado e musealizado com o objetivo de se conseguir recordação total, seja pela busca de um passado que não pode ser esquecido porque é valoroso e de certa forma remonta às origens de uma “época boa” que não volta mais, trocando o conceito de progresso pela valorização das tradições ou pelo contrário, a lembrança seria uma tentativa de fazer com que aspectos de um passado traumático nunca mais se repitam, resgatando a ideia de passado como algo a ser sempre lembrado como um aprendizado para o futuro.

Soma-se ainda a conjuntura social e histórica que os anos oitenta trazem. As políticas neoliberais, a globalização econômica e o incentivo ao consumo, mudam os rumos de pensar sobre o conceito de memória, a inserem no rol de mercadorias, a memória agora é passível de consumo, podendo ser comercializada por motivos políticos.

É a época das grandes produções cinematográficas, a criação de centros de documentação e museus interativos, proporcionando a espetacularização e a mercadorização da memória.

Esse cenário é circunscrito pela influência da mídia. Através da grande mídia, a memória é sempre exaltada, lembrada ou totalmente esquecida de acordo com interesses muitas vezes subliminares. A dinâmica social elege através de embates de interesses o que deve ser chamado de memória oficial¹⁶, nessa disputa os setores com maior poder de barganha levam considerável vantagem. Esse impasse está inserido na discussão mais ampla sobre o conceito de Estado, que deve ser entendido como uma relação de forças entre classes, que se manifesta de maneira específica e privilegia as relações sociais, possuindo a todo o momento interesses e alianças estratégicas.

Nesse sentido, o êxito ou fracasso de posições defendidas no embate entre projetos formulados por frações da classe dominante depende da sua capacidade organizacional, e do maior ou menor poder de barganha em prol da inserção de seus interesses no interior das mais variadas agências do poder público estatizado, processo este altamente dinâmico e em permanente redefinição¹⁷.

São questões importantes para refletirmos acerca da nova configuração que a memória e seus elementos adquirem a partir de um cenário global no qual a ordem econômica é prioridade. As grandes produções memorialísticas, incluindo-se toda e qualquer iniciativa de resgate e divulgação do passado, passaram a ser investidas de valor econômico, além do simbólico.

É interessante investir nessa discussão na medida em que esse processo acaba por reforçar determinados fatos e aspectos que, por vezes, se transformam em “verdades” absolutas. O jogo político que marca a construção de memória está diretamente ligado a essa individualidade da época moderna. As características de espetacularização e comercialização do passado no sentido de criar memórias oficiais, como falamos anteriormente, estão diretamente ligadas com essa forma de se relacionar na modernidade.

Quando pensamos em memórias oficiais logo se tem a ideia de arquivos, centros de documentação, museus e bibliotecas como guardiões de “verdades”, nesses espaços estão salvaguardados fatos e narrativas que, no senso comum, estão diretamente ligados com o que realmente aconteceu. No entanto, essa construção é muito complexa e envolve embates de interesses muito mais profundos, já que, em especial sobre os arquivos, compartilhamos a ideia de que é uma construção social e política.

Concomitantemente a essa explosão pela memória, há também o pânico do esquecimento, dinâmicas totalmente ligadas. Não existe memória sem esquecimento e vice-versa.¹⁸ Quanto mais se tem a busca pela memória e pela lembrança, mais o esquecimento se torna latente, por isso criamos estratégias para lembrar. Dessa forma, Huyssen parte da hipótese de que memória, história e patrimonialização precisam estar juntas para combater o mundo do esquecimento provocado pela velocidade das mudanças e o encolhimento espaço-temporal.

O crescimento de estratégias de rememoração que marcam a modernidade, especialmente a partir dos anos 80 e, especificamente, no que se refere aos movimentos sociais, pode estar associada à busca por reconhecimento desse grupo. O motivo, na modernidade, pelo crescimento na construção de centros de documentação, arquivos, museus ou qualquer outra tentativa de resgate do passado, está no futuro, ou seja, existe um desejo de influência futura a partir de uma legitimação desses movimentos no presente. Busca-se um reconhecimento e com isso se ganha mais capital político, o que facilita a inserção desses movimentos e dos seus interesses nas esferas mais altas da sociedade.

Ao abordar especificamente o arquivo como um instrumento de contenção do passado, percebemos que o arquivo surge como um lugar propício para o resgate e/ou construção de memórias coletivas ou individuais por meio da custódia de seus documentos. Conforme Heloísa Bellotto¹⁹, o documento arquivístico representa muito mais que um suporte, uma estrutura e um conteúdo. Implica na guarda na circunstância e na vontade de dar origem a um fato. Também segundo a autora, indica um propósito por meio do qual um fato e uma vontade determinam consequências; é o resultado de um procedimento de criação que se verá refletido na forma documental.

É importante pensar os arquivos sob uma perspectiva crítica. Segundo Luciana Heymann, os arquivos devem ser entendidos “como artefatos dotados de historicidade, marcados por interferências configuradoras e investidos de uma série de atributos igualmente conformadores de sentidos”.²⁰ Essa passagem reforça o que vimos até aqui, legitima o caráter político dos arquivos destacando que precisam ser analisados criticamente antes de qualquer conclusão. É necessário pensar sobre a configuração arquivística que se apresenta, refletir sobre seus usos e seu percurso enquanto elemento passível de manipulação histórica. Segundo Heymann:

Investir no papel dos arquivistas na conformação da fonte histórica é uma das vertentes da abordagem etnográfica que alguns estudiosos têm

sugerido como caminho para ‘desnaturalizar’ os arquivos e entendê-los como produto social em cuja “fabricação” interferem vários agentes movidos por objetivos distintos e portadores de visões de mundo diferentes. Pensar os arquivos e sua produção implica, portanto, pensar em representações e práticas.²¹

Entendemos os arquivos como construções sociais. Possuem uma relação direta com as ideias de memória e verdade, influenciando na produção do conhecimento sobre o passado e nos registros que moldam no presente as ideias de história, memória e identidade.

“Os arquivos têm o poder de privilegiar ou de marginalizar. Podem ser uma ferramenta de hegemonia ou de resistência (...) Nesses espaços de poder, o presente controla o que o futuro saberá do passado”²² . Essa passagem de Cook exemplifica a importância que o conceito de arquivo adquiriu na abordagem contemporânea. Entendido como um espaço estratégico de legitimação de narrativas e práticas sociais, que remetem à construção de valores e identidades, os arquivos são investidos de significados que são dados através de embates de interesses

O arquivo não pode ser entendido como depósito de documentos, mas sim como ferramenta estratégica de poder na construção de memórias e de identidades sociais. São lugares ativos onde o poder é negociado, contestado, confirmado principalmente pela atuação política dos agentes envolvidos, que agem de forma decisiva na configuração arquivística, fazendo com que os documentos reflitam as suas diversas “vozes”.

Arquivos Feministas – Algumas considerações

O documento é poder, controla e ordena garantindo um poder simbólico representativo do documento. Sua estrutura técnica, uso e acesso permitem a alguns criar e manter registros, isto fornece a ideia de sociedade privilegiada versus sociedade marginalizada.

Nesse sentido, os acervos feministas, assim como a trajetória histórica das mulheres, ainda carecem de maior disseminação e conhecimento. Ainda são poucos os acervos feministas encontrados em instituições de guarda, levando-se em consideração apenas os acervos tratados e disponibilizados para consulta.

Entendemos que tal postura se deve a pelo menos duas hipóteses: a primeira se refere ao fato já identificado que, por vezes, acervos relacionados às mulheres, são “menos importantes”, ou seja, existem outras prioridades ao longo do processo produtivo

nas instituições que privilegiam outros tipos de acervos, como os institucionais ou de homens proeminentes. A falta de interesse e de uma política de memória no que se refere a preservação e divulgação de acervos feministas em relação ao Estado e às instituições arquivísticas é um fato que interfere diretamente na construção identitária do movimento, que não se vê representado em seu local social, prejudicando, em parte, o entendimento do processo histórico que viabilizou a participação das mulheres na vida política e social do país.

Uma segunda hipótese é a de que a escassez de acervos feministas em instituições de guarda disponíveis para consultas, também é resultado da ausência de conscientização, por parte dessas mulheres, de que hoje seus documentos pessoais seriam de tamanha importância para a trajetória do movimento. No final do século XIX e início do século XX, a produção documental relacionada às bandeiras pelas quais essas mulheres lutavam, era muito mais imediatista do que preservacionista, ou seja, os documentos naquele momento procuravam cumprir uma função específica (seja de divulgação do movimento, de comunicação ou, até mesmo, da vida cotidiana dessas titulares).

Nesse sentido, é importante trabalhar com duas perspectivas de análise: a falta de política memorial do movimento feminista por parte do Estado e das instituições arquivísticas, mas também a baixa produção documental das militantes, que naquele momento não tinham - e nem poderiam ter - a noção da importância que seus acervos teriam atualmente.

O estudo relacionado aos acervos feministas é cada vez mais necessário, por direito a constituírem sua memória e também pela evidência de suas reivindicações políticas e sociais que foram negadas durante décadas. Essa importância é refletida na especificidade que os documentos podem transmitir ao estudar o contexto de determinados movimentos em sua generalidade até as práticas culturais do grupo, não retirando o direito de fazerem parte de nossa história e memória.

Resultados

Historicamente verifica-se que, nos movimentos sociais, a produção de documentos e a contextualização de seu conhecimento são extremamente descuidadas, quer por motivos políticos conjunturais, quer pela falta de entendimento do significado da preservação da memória para as atividades finalísticas de tais organizações. Ao mesmo tempo, apesar de ainda muito incipiente, a documentação produzida pelos movimentos

sociais, incluindo o movimento feminista, é semelhante a todas as demais estruturas formais de administração e, por isso, acabam por servir exclusivamente as demandas administrativas, não sendo percebidas como ferramentas sociais de valor político fundamental.

No caso da análise da documentação da Maria Lacerda de Moura, conforme afirmado, não esperávamos localizar uma documentação muito extensa, mesmo a militante tendo atuado ativamente por muitos anos no país.

Ainda que a própria demonstrasse ter a consciência da importância da documentação, pois tivera como anseio criar um curso “História das mulheres” além de deixar, antes de morrer uma carta-memória, pois sabia que tais artefatos poderiam ser estudados no futuro. Talvez não tenha tido tempo ou percepção em deixá-la centrada ou com um único responsável. Porventura, este responsável após a sua morte não tivesse noção do valor histórico dos registros. Essas e tantas outras questões que surgiram ao longo da pesquisa é que suscitam mais investigações.

Por questões temporais, não pudemos aprofundar mais as pesquisas *in loco*, entretanto, este artigo tem por intenção continuar buscando fontes de mulheres feministas e anarquistas assim como iniciar buscas por outros nomes. Pretendeu-se neste artigo fazer apontamentos iniciais almejando contribuir para outras pesquisas que possuem a mesma ou temáticas correlatas.

Referencias bibliográficas:

ALVIM, Zuleika M. F. A participação política da mulher no início da industrialização em São Paulo. *Revista de História*, São Paulo, n. 114, p.61-84, jan/jul. 1983.

BELLOTTO, Heloísa L. “Arquivos permanentes: tratamento documental”. 4. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007.

BENJAMIN, Walter. Obras escolhidas: magia etécnica, arte e política. *Ensaio sobre literatura e história da cultura*. São Paulo. Ed. Brasiliense, 1994.

COSTA, Caio Tulio. *O que é Anarquismo*. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Abril Cultural, Brasiliense, 1985.

COOK, Terry, SCHWARTZ, Joan M. “Arquivos, Documentos e Poder: a construção da memória moderna”. *Archives Science*, v. 2, n 1-2, p 1-19.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

GOLDMAN, Emma. *O indivíduo, a sociedade e o Estado, e outros ensaios*. COELHO, Plínio AUGUSTO (org. e trad.). São Paulo: Hedra, 2007.

HEYMANN, Luciana Quillet. “De arquivo pessoal a patrimônio nacional: reflexões sobre a construção social do ‘legado’ de Darcy Ribeiro”. IUPERJ: Rio de Janeiro, Tese de doutorado, 2012.

HUYSSSEN, Andreas. “Seduzidos pela memória”. *Rio de Janeiro*, Aeroplano, 2000.

LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. *Outra face do feminismo: Maria Lacerda de Moura*. São Paulo: Ática, 1984.

LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. A documentação de Maria Lacerda de Moura (1887-1945). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 17, n.33, p.238-250, 1997.

Marques, A.H.de Oliveira. *Dicionário da maçonaria portuguesa*. Lisboa, Editoria Delta, 1986.

MENDES, Samanta Colhado. As mulheres anarquistas no Brasil (1900-1930): Entre os esquecimentos e as resistências. *Revista Espaço Acadêmico* (UEM), v. 210, p. 63-75, 2018

MENDONÇA, Sonia Regina. “Economia e Política na historiografia brasileira”. *Antropolítica*, Niterói, EDUFF, v. 7, p. 23-39, 2001

NETTLAU, Max. Introdução: MALATESTA, Errico. *Escritos Revolucionários*. São Paulo: Hedra, 2008.

PERROT, Michelle. *Mulheres públicas*. Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15

RAGO, Margareth. A sexualidade feminina entre o desejo e a norma: moral sexual e cultura literária feminina no Brasil, 1990-1932. *Revista Brasileira de História* (ANPUH). São Paulo, Ed. Marco Zero, Volume 14, n. 28, 1994.

RODRIGUES, Edgard. *O Anarquismo na Escola, no teatro, na poesia*. Rio de Janeiro, Achiamé, 1992.

SARLO, Beatriz. “Tempo Passado: cultura da memória e guinada subjetiva”. Belo Horizonte: UFMG, 2007

SCHMITT, Jean-Claude. *A história dos marginais*. IN: LE GOFF, Jaques (org.) *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, p. 261-190, 1990.

WOODCOCK, George. *História das ideias e movimentos anarquistas - vol.1: A ideia*. Tradução: Julia Tettamanzy. Porto Alegre: L&PM, 2002.

¹Escritora, dramaturga, ativista política, feminista e abolicionista francesa autora da Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã. (ALVES; PITANGUY, 1981).

²A pesquisa resultou em dissertação defendida no Programa de pós-graduação em Memória e Acervos da Fundação Casa de Rui Barbosa. Seguindo a avaliação às cegas, o nome da autora e o título da dissertação não serão informados neste momento

³Projeto de pesquisa desenvolvido no âmbito da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Seguindo a avaliação às cegas, o título do projeto e o nome da professora coordenadora não serão informados neste momento.

⁴Optou-se por esta nomenclatura, pois entende-se que esta transmite claramente a mensagem de que se trata do acervo deste ou daquele indivíduo, e não de documentos sobre pessoas existentes nos arquivos de empresas/instituições, como no caso dos documentos pessoais. (CAMARGO, 2009).

⁵A pesquisa teve o recorte temporal entre os anos de 1900 a 1950. (BARROS, 2018).

⁵NORA, Pierre. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. Projeto história: Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, v. 10, p. 07-28, dez. 1993

⁶Idem

⁷LISSOVSKY, Maurício. “O que fazem as fotografias quando não estamos olhando para elas?”. In: *Dobras da memória*, 2008, p. 26-36.

⁸Pensador catalão e pedagogo anarquista criador da Escola Moderna em 1901. (RODRIGUES, 1992).

⁸Para maiores informações ver o livro: *Velhos militantes – depoimentos* de Ângela de Castro Gomes (coord), Ed. Jorge Zahar 1988.

⁹Mantivemos a grafia original da carta na citação.

¹⁰Organização em prol dos direitos civis e políticos das mulheres. (LEITE, 1985).

¹¹Ana de Castro Osório (1872-1935), foi uma escritora, jornalista, pedagoga, feminista e ativista republicana portuguesa. (MARQUES, 1986, p. 1065).

¹²HUYSSSEN, Andreas. “Seduzidos pela memória”. Rio de Janeiro, Aeroplano, 2000, p. 37

¹³HUYSSSEN, Andreas. “Seduzidos pela memória”. Rio de Janeiro, Aeroplano, 2000.

¹⁴HUYSSSEN, Andreas. “Seduzidos pela memória”. Rio de Janeiro, Aeroplano, 2000, cap. 1, p. 9-40. O título do capítulo “Passados presentes: mídia, política, amnésia” e a ideia de “futuros presentes” se deve a obra de Reinhart Koselleck “Futuros passados”, Boston: MIT Press, 1985.

¹⁵SARLO, Beatriz. “Tempo Passado: cultura da memória e guinada subjetiva”. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

¹⁶Nesse contexto, memória oficial se refere ao que hegemonicamente deve ser lembrado, essa dinâmica é totalmente influenciada pelo contexto político e social de uma determinada época histórica, formando uma memória em oposição à memória das minorias.

¹⁷Essa discussão pode ser mais bem entendida em MENDONÇA, Sonia Regina. “Economia e Política na historiografia brasileira”. *Antropolítica*, Niterói, EDUFF, v. 7, p. 23-39, 2001

¹⁸POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

¹⁹BELLOTTO, Heloísa L. “Arquivos permanentes: tratamento documental”. 4. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007, p. 24.

²⁰HEYMANN, Luciana Quillet. “De arquivo pessoal a patrimônio nacional: reflexões sobre a construção social do legado de Darcy Ribeiro”. IUPERJ: Rio de Janeiro, Tese de doutorado, 2012.

²¹HEYMANN, Luciana Quillet. “De arquivo pessoal a patrimônio nacional: reflexões sobre a construção social do legado de Darcy Ribeiro”. IUPERJ: Rio de Janeiro, Tese de doutorado, 2012, p. 25.

²²COOK, Terry, SCHWARTZ, Joan M. “Arquivos, Documentos e Poder: a construção da memória moderna”. *Archives Science*, v. 2, n 1-2, p 1-19.

Texto recebido em 21 de fevereiro de 2022.

Aceito para publicação em 4 de junho de 2022.